

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

DOI: <https://doi.org/10.35168/2176-896X.UTP.Tuiuti.2024.Vol10.nEspecial.pp190-222>



**Frederich Jahnel**

Professor na rede estadual de educação do Paraná e na APAE de Fazenda Rio Grande.

Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná.

E-mail: [frederich.jahnel@escola.pr.gov.br](mailto:frederich.jahnel@escola.pr.gov.br)

<https://orcid.org/0009-0009-9402-0080>

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

## Resumo

Este artigo investiga a prática pedagógica no Novo Ensino Médio noturno do Paraná, motivada pela experiência do autor como professor de Matemática no sistema público noturno do estado. O principal objetivo é identificar as possíveis implicações da Base Nacional Comum Curricular na prática pedagógica. Especificamente, busca-se identificar os documentos relacionados ao Novo Ensino Médio e destacar as implicações das normativas na prática pedagógica. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental. As fontes de dados incluem documentos orientadores dos planos de aula e práticas pedagógicas do Paraná, como normas, resoluções, portarias, deliberações, Referenciais Curriculares e Itinerários Formativos, além das áreas do RCO+Aulas ligadas à prática pedagógica. Os resultados mostram que o ensino médio noturno foi negligenciado no Novo Ensino Médio no Paraná. As particularidades dos estudantes noturnos não foram consideradas nos novos Referenciais Curriculares e Itinerários Formativos. A pesquisa também revela que fatores internos e externos, como trabalho em equipe, colaboração entre professores, avaliação do ensino-aprendizagem, ambiente escolar, estratégias de ensino, jornada de trabalho dos alunos, contexto socioeconômico, infraestrutura, recursos disponíveis, motivação e cansaço dos alunos, além do suporte familiar e comunitário, dificultam a prática pedagógica, especialmente no ensino médio noturno. Para estudos futuros, sugere-se analisar novos documentos publicados pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná para verificar se o ensino noturno receberá maior atenção.

**Palavras-chave:** Prática pedagógica. Ensino Noturno. Ensino Médio. Conflitos e intenções BNCC. Controle.

# The New Evening High School: institutional attempts to control pedagogical practice

---

## Abstract

This article investigates the pedagogical practice in the New Night High School in Paraná, motivated by the author's experience as a Mathematics teacher in the state's public night school system. The main objective is to identify the possible implications of the National Common Curricular Base (BNCC) on pedagogical practice. Specifically, it seeks to identify the documents related to the New High School and highlight the implications of the regulations on pedagogical practice. The research adopts a qualitative approach, based on document analysis. The data sources include guiding documents for lesson plans and pedagogical practices in Paraná, such as norms, resolutions, ordinances, deliberations, Curricular References, and Formative Itineraries, as well as the RCO+Aulas areas related to pedagogical practice. The results show that the night high school was neglected in the New High School in Paraná. The particularities of night students were not considered in the new Curricular References and Formative Itineraries. The research also reveals that internal and external factors, such as teamwork, teacher collaboration, teaching-learning assessment, school environment, teaching strategies, students' work schedules, socioeconomic context, infrastructure, available resources, students' motivation and fatigue, and family and community support, increasingly hinder pedagogical practice, especially in night high school. For future studies, it is suggested to analyze new documents published by the State Department of Education of Paraná to verify if the night school will receive more attention.

**Keywords:** Pedagogical Practice. Night Education. High School. BNCC Conflicts and Intentions. Control.

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

## Introdução

Esta pesquisa analisa documentos do estado do Paraná sobre o Novo Ensino Médio Noturno na Rede Estadual de Ensino, com ênfase no controle institucional da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na prática pedagógica. A pergunta central é: quais são as possíveis implicações da reforma do Ensino Médio para a prática pedagógica? O objetivo principal é identificar essas implicações, enquanto os objetivos específicos incluem a identificação dos documentos relacionados ao Novo Ensino Médio e a análise das implicações das normativas na prática pedagógica<sup>1</sup>.

O impacto do capitalismo na educação básica no Brasil tem causado um retrocesso no ensino, afetando negativamente os grupos mais vulneráveis e promovendo um modelo de educação instrumental e esvaziada de conteúdos científicos. No novo currículo escolar, especialmente no ensino médio, essa tendência se intensifica ao priorizar habilidades superficiais e instrumentais, com uma abordagem mecanizada, resultando em uma educação que compromete a compreensão aprofundada, crítica e significativa por parte dos alunos.

De acordo com Kuenzer (2023, p. 2), a desarticulação dos conteúdos e a falta de autonomia são consequências da organização curricular baseada em áreas de conhecimento isoladas e autossuficientes, em vez de adotar uma abordagem interdisciplinar que integre as tecnologias.

Diante das transformações constantes no cenário educacional, a avaliação e reestruturação do planejamento de aulas no Ensino Médio são fundamentais. A análise do impacto da BNCC, da Reforma do Ensino Médio e das plataformas educacionais exige uma investigação detalhada das dinâmicas que influenciam a prática pedagógica. É importante examinar questões sobre os

---

<sup>1</sup> Esse artigo é resultado da dissertação de mestrado intitulada “O Novo Ensino Médio Noturno: tentativas institucionais de controle da Prática Pedagógica”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, em 28 de junho de 2024.

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

estudantes formados, a influência da escola no seu desenvolvimento e a conexão entre a educação e a prática social. Colocar os estudantes no centro do processo de ensino-aprendizagem é essencial para avançar na discussão sobre a articulação entre o sujeito e a prática pedagógica, contribuindo para o desenvolvimento da educação.

## Fundamentação teórica – Desenvolvimento

Para a realização desse trabalho, foram utilizadas como fundamentação teórica questões relacionadas à Reforma do Ensino Médio e a BNCC, bem como as diferentes disputas em relação à BNCC e as especificidades no contexto da educação paranaense. A Prática Pedagógica compõe o outro eixo da fundamentação teórica, fornecendo as bases para analisar o Referencial Curricular Paranaense como determinante da prática pedagógica no ensino noturno.

## BNCC e a Reforma do Ensino Médio

A Reforma do Ensino Médio foi proposta para adequar o sistema de ensino brasileiro à realidade atual, principalmente em relação ao mercado de trabalho. Porém, segundo M. R. Silva (2018), a adequação do currículo mostrou-se alinhada a discursos que remontam à década de 1990, e conforme a autora, “sob a aparência de novo, a atual reforma do ensino médio acoberta velhos discursos e velhos propósitos” (M. R. Silva, 2018. p. 2). Segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2018), A Reforma do Ensino Médio é um desdobramento da BNCC, documento norteador da condução da educação no país, da criação dos currículos e das políticas públicas em âmbito nacional.

Ao longo do tempo, muitas foram as transformações do ensino brasileiro. No Quadro 1 é possível visualizar o percurso histórico do Ensino Secundário, depois Segundo Grau (1971), Novo Ensino Médio (2017), com base em De Araújo Alves, Silva e Jucá (2022).

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

A educação, ao longo do tempo, tem sido um campo de embates ideológicos, que geram controvérsias no que se refere às políticas públicas e aos programas implementados em diversos contextos sociais nas últimas décadas.

Quadro 1 – Trajetória do Ensino secundário, 2º grau e Médio no Brasil

<b>Data</b>	<b>Contexto</b>	<b>Objetivos</b>
1931	Reforma Francisco Campos (1931) e Manifesto dos Pioneiros (1932) com objetivos de tornar o ensino obrigatório até os 18 anos e garantir a gratuidade em todos os níveis. Constituições de 1934 e 1937 direcionam a oferta gratuita do secundário.	Início das reformas educacionais para tornar o ensino mais acessível e gratuito.
1940	Reforma Capanema fortalece o caráter profissionalizante da educação com a criação do SENAC e SENAI. <sup>2</sup>	Maior ênfase na formação profissional durante a década de 1940.
1961	Promulgação da Lei Federal n. 4.024 estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional com foco na compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família, e outros. <sup>3</sup>	Definição das diretrizes educacionais baseadas em princípios de liberdade e solidariedade humana.
1971	Lei n. 5.692 traz mudanças significativas no 2º Grau, incluindo a parte diversificada do currículo escolhida pelas escolas. <sup>4</sup>	Mudança no caráter propedêutico do 2º Grau e introdução do termo "matéria".
1988	Constituição estabelece a educação como direito social com foco no desenvolvimento integral da pessoa e preparo para a cidadania e trabalho. <sup>5</sup>	Educação é reconhecida como um direito social fundamental.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) enfatiza a estruturação do Ensino Médio com uma base nacional comum e parte diversificada. <sup>6</sup>	Estabelecimento da estrutura curricular para o Ensino Médio (antigo 2º Grau).

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

2010-2012	Resoluções CNE/CEB estabelecem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Ensino Médio.	Definição de diretrizes curriculares nacionais para a educação.
2013	Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio inicia o redesenho curricular e formação docente.	Início de políticas para melhorar a qualidade do Ensino Médio.
2014	Promulgação do Plano Nacional de Educação com ênfase na renovação do Ensino Médio e currículo.	Ênfase na renovação do Ensino Médio.
2017	Novo Ensino Médio – CNE/CP 15/2027, altera a LDB 9.394/96 com mudanças no currículo do Ensino Médio. O currículo passará a ser composto por uma base nacional comum, e por itinerários formativos.	Ênfase na formação para o mercado de trabalho.
2018	Portaria 331, de 05/04/2018, institui o Programa de Apoio à Implementação da BNCC, e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação.	Implementar a BNCC.

Fonte: Elaboração própria, com base em De Araújo Alves, Da Silva e Jucá (2024).

Observa-se que o Ensino Médio no Brasil tem passado por múltiplas transformações que evidenciam esse confronto ideológico. Isso inclui eventos como a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, a transição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em 2007, com a promessa de assegurar a universalização do Ensino Médio, o lançamento do Plano de Ações Articuladas pelo Ministério da Educação (MEC) e o reconhecimento da integração do Ensino Médio como parte integrante da Educação Básica (Souza; Garcia, 2020, p. 3)

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

A crise no Ensino Médio no Brasil é resultado das diversas influências exercidas pelo neoliberalismo sobre a educação ao longo das últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1990, quando esse conjunto de ideias passou a ter um impacto direto e significativo no sistema educacional brasileiro, como bem destacam Frigotto e Ciavatta (2003).

O neoliberalismo, como uma ideologia orientadora para o Estado, amplamente difundida no século XX, enfatiza princípios que valorizam os direitos individuais, a promoção de mercados livres, o livre comércio e o reconhecimento do direito à propriedade privada. Esses princípios exercem uma influência notável não apenas sobre instituições educacionais, mas também em esferas jurídicas e religiosas (Souza; Garcia, 2020, p. 3).

A centralidade da noção de competências no currículo, especialmente porque justificada e proposta pela via unidimensional do mercado, produz uma “formação administrada”, ao reforçar a possibilidade de uma educação de caráter instrumental e sujeita ao controle. Ignorar a dimensão histórico-cultural da formação humana, pelo caráter instrumental das proposições, gera um processo formativo voltado para a adaptação dos indivíduos em sacrifício da diferenciação e da autonomia. Neste mesmo sentido, Mônica Ribeiro Silva (2018) diz que esse discurso é “empoeirado”, ou seja, nada mais é que um projeto que há muitos anos estava por vir dos governos de direita, e agora temos ele como efetivo com uma medida provisória proposta do governo Temer e efetivada pelo governo anterior do Lula 2023.

## As diferentes disputas em relação à BNCC

Em meio ao grande e complexo movimento social depois de 2017 até os dias atuais no país, evidenciam-se alguns grupos cujo objetivo é a formatação do ensino médio como um produto. Para que se tenha compreensão destes grupos, foram separados em dois: os favoráveis às mudanças



# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

determinadas pela BNCC para ensino médio (os prós), e os contras, que por sua vez destacam as arbitrariedades no que se refere à condução da efetivação da BNCC na educação básica. Também são trazidas aqui as contradições entre os prós e contras, onde se faz necessário um olhar para as Práticas Pedagógicas e seus sujeitos e grupos, e suas intenções e interações em todo esse contexto.

Ao refletir sobre os sujeitos da instituição escolar, é importante priorizar questões como: que tipo de estudantes estamos formando? Como a escola está influenciando o desenvolvimento de competências, atitudes e valores dos estudantes? Quais são os padrões cognitivos, formas de pensamento e ações dos indivíduos envolvidos? Qual é a relação entre a formação educacional e a prática social? A escola atual atende às expectativas dos estudantes, considerando-os como sujeitos centrais do processo de ensino-aprendizagem?

Os prós da Reforma do Ensino Médio são geralmente apoiados por diversos grupos e atores, cada um com suas razões e motivações. Alguns dos principais grupos e suas razões para apoiar a reforma incluem governo e políticos, empresas e setores empresariais, especialistas em educação, alunos e pais de alunos e organizações internacionais. No Quadro 2 é possível visualizar os principais argumentos a favor da Reforma do Ensino Médio:

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

Quadro 2 – Argumentos a favor da Reforma do Ensino Médio

Aspecto	Descrição
Diversificação curricular	Oferece maior flexibilidade aos estudantes ao permitir a escolha de itinerários formativos de acordo com seus interesses e objetivos.
Maior ênfase em competências	Foca no desenvolvimento de competências fundamentais, preparando os alunos para desafios do século XXI.
Inclusão da Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia	Garante a inclusão de disciplinas importantes no currículo, enriquecendo a formação dos estudantes.
Atualização do currículo	Adequa o currículo às demandas contemporâneas, incluindo o ensino da língua inglesa e espanhola.
Preparação para o mercado de trabalho	Proporciona uma formação técnica e profissional, tornando os estudantes mais aptos ao mercado de trabalho.

Fonte: Organização própria (2024).

Em contraponto aos defensores da BNCC, Kuenzer (2007), Mônica Ribeiro Silva (2018), Krawczyk e Zan, (2021), Frigotto e Ciavatta (2003), apontam para o alinhamento e a flexibilização do currículo escolar com os interesses do mercado e às perspectivas neoliberais, que acabam por esvaziar a formação crítica do aluno, tornando-o mera ferramenta para o mercado de trabalho. Apesar de construírem a narrativa de que é desse tipo de formação que os alunos necessitam, esse é um discurso incongruente com as reais necessidades da grande maioria da população. Um ensino precário, do ponto de vista da formação do indivíduo, pode tolher dos estudantes possibilidades de ascensão social e educação verdadeiramente emancipatória.

A organização curricular no formato de estudos e práticas também é alvo de críticas por parte dos grupos que se opõem à BNCC. Nesse modelo, ocorre a secundarização de disciplinas como

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

artes, educação física, sociologia e filosofia, priorizando e centralizando português e matemática. Como destacam Koepsel, Garcia e Czernisz (2020), apesar de haver definição de estudos e práticas na Resolução no. 03/2018 das DCNEM (Art. 11 §5º), há lacunas a respeito de definições mais amplas sobre o que são estudos e práticas na substituição do campo disciplinar.

Assim como aqueles que apoiam a reforma, os argumentos de recusa à BNCC também são apoiados por diversos grupos de atores, cada um com suas razões e motivações, como estudantes, especialistas em educação, defensores da educação pública e grupos de minorias. As razões para se opor à Reforma do Ensino Médio podem variar amplamente, dependendo das perspectivas e interesses de cada grupo ou indivíduo. No entanto, em geral, os opositores denunciam que a reforma vai contra a formação humana e educação emancipatória. É possível visualizar, no Quadro 3, uma síntese dos argumentos contra a reforma:

Quadro 3 – Argumentos contra da Reforma do Ensino Médio

Aspecto	Descrição
Desigualdades regionais	A implementação da reforma pode variar de estado para estado, aprofundando desigualdades educacionais.
Falta de estrutura e recursos	Muitas escolas não têm estrutura e recursos adequados para oferecer os itinerários formativos, prejudicando a qualidade.
Pressão sobre os alunos	A escolha precoce de itinerários pode gerar pressão sobre os estudantes, que podem não estar preparados para essa decisão.
Formação inadequada dos professores	A formação de professores não acompanhou adequadamente a reforma, levando a lacunas no ensino e na orientação dos alunos.
Desvalorização das humanidades	A ênfase em disciplinas técnicas pode levar à desvalorização das humanidades, comprometendo a formação integral.

Fonte: Organização própria (2024).

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

As contradições entre a legislação educacional e a realidade são uma preocupação comum nos sistemas educacionais federais, estaduais, municipais e particulares. Podem ocorrer por diversas razões, como falta de recursos, infraestrutura inadequada, falta de formação de professores ou políticas mal concebidas. Identificar e abordar essas contradições é fundamental para promover uma educação mais justa e eficaz. No Quadro 4, tem-se um resumo sobre as principais questões que geram contradições entre a legislação educacional e a realidade das escolas.

Quadro 4 – Contradições entre a legislação educacional e a realidade das escolas

<b>Contradição</b>	<b>Descrição</b>
Desigualdades regionais na implementação	A legislação prevê uma implementação uniforme, mas a realidade mostra variações significativas entre os estados. Cada um está em um ritmo diferente.
Carência de recursos para a expansão	A ampliação da carga horária e dos itinerários exige investimentos que nem todas as escolas têm condições de realizar.
Preparação insuficiente dos professores	A formação de professores não acompanhou a reforma, resultando em lacunas no ensino e na orientação dos alunos.
Pressão sobre os alunos	A escolha precoce de itinerários pode ser um desafio para os estudantes, que podem não estar preparados para essa decisão.
Desafios na inclusão e equidade	A reforma enfrenta desafios na inclusão de todos os estudantes, especialmente aqueles com necessidades especiais.

Fonte: Organização própria (2024).

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

A reforma recente do Ensino Médio e a implantação da BNCC, sem o devido diálogo com a sociedade e sem a devida atenção ao ensino básico noturno, representam um retrocesso no sistema educacional paranaense.

Este diálogo ainda está longe de se esgotar, haja vista que a Reforma do Ensino Médio ainda carece de debate e amadurecimento, pois há mais evidências de que ela é questionável do que uma política que trará mudanças e transformações emancipatórias na sociedade brasileira. Diante desse contexto, na próxima seção, discorrer-se-á sobre o Novo Ensino Médio no estado do Paraná.

## Olhar crítico ao que se passa no Paraná

O Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná está organizado com base em uma lógica na qual as competências e habilidades são o ponto de partida para a organização e mediação dos saberes. A sociedade contemporânea passa por rápidas mudanças sociais, culturais, econômicas e tecnológicas, e os jovens desempenham um papel importante nesses processos.

Nesse sentido, vários órgãos do estado do Paraná estão em busca de ajustar as regulamentações, seja pelas Secretarias Estaduais de Educação, seja pelos Conselhos Estaduais de Educação, para que se alinhem à Lei 13.415/17. Silva, Barbosa e Körbes (2022) resumem as regulamentações em curso:

Dentre as normatizações que competem à esfera estadual estão a regulamentação do ‘notório saber’ para a docência; os critérios de oferta e composição dos itinerários formativos; a carga horária da formação básica comum; os termos dos convênios e parcerias público-privadas; o programa de ampliação da jornada; processos internos às escolas, como a modularização, a certificação de saberes e as certificações intermediárias, entre outras (Silva; Barbosa; Körbes, 2022, p. 401).

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

A Deliberação CEE/PR 04/2021, do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE), em seu capítulo denominado “Formas de Oferta e de Organização Curricular”, trata da “(...) organização curricular do Ensino Médio pode ser realizada de diferentes formas, a critério das instituições e redes de ensino, como: por áreas de conhecimento, disciplinas, blocos de disciplinas, módulos, núcleos de competências e habilidades, eixo integrador, tema gerador, ciclos, projetos, atividades complementares, ou outras”. (Paraná, 2021, p. 20). No Quadro 5, é apresentada uma síntese das principais informações sobre as formas de oferta e organização curricular do Ensino Médio de acordo com a Deliberação CEE/PR 04/2021:

Quadro 5 – Síntese dos tópicos da Deliberação CEE/PR 04/2021 sobre a Organização Curricular do Ensino Médio no Estado do Paraná.

<b>Aspecto</b>	<b>Descrição</b>
Formas de organização curricular	A organização curricular do Ensino Médio pode ser realizada de várias formas, como áreas de conhecimento, disciplinas, blocos de disciplinas, módulos, entre outras.
Carga horária mínima a partir de 2022	A carga horária mínima para o Ensino Médio será de 3.000 horas, divididas em 3 anos letivos de 1.000 horas cada. A meta é aumentar para 4.200 horas, distribuídas em 1.400 horas anuais.
Desafios do ensino noturno	O ensino noturno é a única opção para muitos estudantes que trabalham, mas criar um ambiente e projetos pedagógicos adequados a esse grupo é um desafio significativo.
Proposta Pedagógica Curricular para o Ensino Médio noturno	É importante desenvolver uma Proposta Pedagógica Curricular específica para o Ensino Médio noturno, considerando suas necessidades únicas.

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

Atendimento às diversas modalidades de ensino	Além da educação regular, é necessário atender a às particularidades de outras modalidades, como educação especial, educação do campo, educação indígena, entre outras.
Órgão responsável por expedir normas	O Colegiado responsável pelo Sistema Estadual de Ensino é responsável por expedir normas e regulamentos relacionados a diferentes modalidades e áreas de ensino.
Importância da observância das normas	Respeitar e seguir essas normas é essencial para garantir a qualidade e o cumprimento adequado das diretrizes educacionais em todas as modalidades e formas de ensino.

Fonte: Organização própria (2024).

Na análise da implementação da Reforma do Ensino Médio na rede paranaense, a pesquisa realizada por Silva, Barbosa e Körbes (2022) revelou que o processo de elaboração e aprovação dos referenciais e das diretrizes curriculares foi ceifado de sua dimensão democrática. A reformulação introduziu nos currículos componentes sem base científica e epistemológica, retirando da matriz disciplinas que historicamente representavam conteúdo para uma formação intelectual geral mais elevada (Silva; Barbosa; Körbes, 2022, p. 414).

Isso suscita questionamentos importantes sobre a efetividade das reformas educacionais e a necessidade de se promover um processo de discussão mais democrático e embasado em evidências na definição das políticas educacionais.

No estado do Paraná a reforma não tomou caminhos muito diferentes dos outros estados. O posicionamento dos governantes se reflete na adoção de perspectivas neoliberais na proposta de modernização do ensino a nível estadual, o que leva os professores a se desdobrarem para oferecer aos alunos mais do que pautas mecanizadas e atividades repetitivas, que não desenvolvem o senso

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

crítico e não proporcionam crescimento intelectual adequado. O governador Ratinho Junior (Carlos Roberto Massa Júnior) eleito para o mandato de 2019 a 2022, e reeleito para o mandato 2023 a 2026), elegeu-se pelo Partido Social Democrático (PSD), apoiador de partidos que apoiam as perspectivas neoliberais nas propostas para educação. Aparentemente há um posicionamento a favor da BNCC e do neoliberalismo dentro do sistema público de educação no estado do Paraná.

Como continuidade da Reforma do Ensino Médio no estado do Paraná foram implementados os Itinerários Formativos (IF), com base nos referenciais curriculares. No Quadro 6, estão listados os principais documentos orientadores do currículo paranaense, também norteadores da criação do RCO + Aulas.

Quadro 6 – Referenciais Curriculares e Itinerários Formativos da Rede Paranaense de Educação

Nome	Descrição
Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná – Vol. 1	Descreve o Ensino Médio no Paraná, os princípios pedagógicos norteadores, avaliações e desenvolvimento e Projeto Político-Pedagógico.
Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná – Vol. 2	Apresenta as áreas temáticas e seus respectivos componentes curriculares
Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná – Vol. 3	Apresenta os Itinerários Formativos e os princípios organizadores
Currículo para o Ensino Médio do Paraná	Orienta e subsidia o Sistema de Ensino do Paraná no processo de elaboração de suas propostas pedagógicas curriculares.

Fonte: Organização própria (2024).



# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

Apesar de trazer conceitos inclusivos em relação à formação discente, na prática, tende a manter a desigualdade social, priorizando a formação técnico-profissional dos alunos em vulnerabilidade social e possibilitando uma formação mais abrangente apenas para os alunos das escolas particulares.

No Paraná, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) gerou intensas disputas entre os diferentes atores envolvidos no processo educacional. Por um lado, os defensores da BNCC, incluindo o governo estadual e setores empresariais, argumentam que sua adoção é essencial para padronizar o currículo, melhorar a qualidade da educação e preparar os estudantes para as exigências do mercado de trabalho. Esses grupos veem na BNCC uma oportunidade para modernizar o sistema de ensino e garantir maior equidade educacional, uniformizando o conteúdo a ser ensinado em todas as escolas do estado.

Por outro lado, os críticos, que incluem sindicatos de professores e alguns especialistas em educação, temem que a padronização curricular proposta pela BNCC possa limitar a autonomia das escolas e professores, reduzindo a diversidade pedagógica e cultural. Eles argumentam que a BNCC poderia favorecer interesses privados e mercadológicos em detrimento de uma educação mais crítica e contextualizada. Essas disputas refletem as diferentes intencionalidades em torno da BNCC no Paraná, onde o debate se concentra na necessidade de modernização e os riscos de uniformização excessiva do ensino.

## Prática Pedagógica: base para as interrogações do Ensino Médio

Nesta pesquisa, a prática pedagógica analisada é a que ocorre na escola e na sala de aula, no contexto do Ensino Médio noturno. Conforme afirma Souza (2016, p. 52), a prática pedagógica como “processo de trabalho” “atende a uma lógica de formação humana ou a uma lógica de

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

deformação do humano, lógicas previamente planejadas e vinculadas a determinado projeto político de sociedade”. Segundo Souza (2016, p. 64):

(...) o conceito de prática pedagógica tem estado atrelado ao trabalho docente, aos processos educativos formais e não- formais, vinculado às questões Curriculares e, bastante presente nas políticas educacionais voltadas para a formação continuada de professores que têm intuito de aprimorar a formação escolar (Souza, 2016, p. 64).

Ao eleger a prática pedagógica e nela os planos de aula como objeto de investigação, no contexto do Ensino Médio Noturno, a intenção é problematizar possibilidades de superação dos desafios impostos à educação e aos professores, com as reformas que ditam regras sem diálogos com as condições reais de trabalho no contexto das escolas públicas, especialmente no ensino noturno, e sem diálogo com as necessidades das juventudes diversas – indígenas, quilombolas, do campo, das águas, das florestas, das cidades, desempregados, empregados, com deficiência etc.

É importante levar em consideração a perspectiva dos professores que trabalham em turnos diferentes e muitas vezes lidam com a falta de envolvimento e diálogo entre alunos e professores. Assim, são diversas as condições que afetam a prática pedagógica e os seus sujeitos no ensino noturno. Historicamente, o ensino noturno tem sido destinado a jovens trabalhadores ou com trajetória de repetência e desistência escolar. Há uma lógica de aligeiramento do ensino noturno que, de certa forma, reproduz a ideia de que aos sujeitos trabalhadores basta a formação mínima e necessário ao mundo do trabalho.

As políticas educacionais governamentais têm um impacto significativo na prática pedagógica, definindo objetivos de ensino, critérios de avaliação, recursos e abordagens metodológicas a serem seguidos pelos professores, por meio de leis, regulamentos e diretrizes curriculares. A disponibilidade de recursos, sejam físicos, materiais ou humanos, exerce influência na prática pedagógica. A

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

infraestrutura da escola, a existência de bibliotecas, laboratórios, equipamentos, materiais didáticos e a equipe de apoio disponível em uma instituição educacional impactam as estratégias de ensino e as oportunidades de aprendizado oferecidas aos alunos.

A prática pedagógica no ensino noturno é influenciada por determinações internas e externas específicas relacionados à realidade dos alunos. Souza (2016) denomina fatores internos ou externos à prática pedagógica os elementos determinantes à sua realização. Dessa maneira, compreendendo que a prática pedagógica não é neutra e que ocorre sob determinações estruturais e conjunturais, bem como sob determinações constituídas na própria escola e outras externas, derivadas das políticas educacionais e das condições existenciais de vida dos jovens, foi elaborado o Quadro 7 com o intuito de explanar sobre as determinações da prática pedagógica.

Quadro 7 – Determinantes internos e externos da prática pedagógica

<b>Aspecto</b>	<b>Determinantes Internos</b>	<b>Determinantes Externos</b>
Origem	Originam-se dentro da instituição escolar ou movimentos sociais.	Originam-se fora da instituição escolar, em níveis superiores, como governos e órgãos reguladores.
Exemplos	Organização escolar, materiais didáticos, projetos pedagógicos.	Legislação educacional, normas, políticas governamentais.
Controle	Pode ser influenciado e controlado diretamente pela escola.	Geralmente, não está sob controle direto da escola. Controle de secretarias de educação e sistemas de avaliação em larga escala.
Impacto na Educação	Afeta a operação interna das aulas.	Molda o ambiente em que a escola opera e estabelece diretrizes gerais.

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

Adaptação e Mudança	A escola pode ter mais flexibilidade para adaptar e mudar.	Mudanças podem ser mais desafiadoras, devido à natureza externa.
Conjuntura	Depende da direção da escola e da atuação da APMF e Comunidade.	Depende das indicações de gestores e mecanismos de controle, estabelecidos a cada conjuntura política.
Estrutura	Organização e lógica que rege a gestão escolar.	Concentração da renda, desigualdade social, conjuntura democrática ou autoritária.

Fonte: Adaptado de Souza (2016).

Considerando o conjunto de determinações, é possível compreender que não é somente a prática pedagógica a responsável pelo processo formativo. O discurso sobre prática e currículos flexíveis não atendem ao processo formativo em perspectiva crítica. Currículos flexíveis atendem às lógicas mercadológicas.

Ao analisar a educação a partir do método materialista histórico e dialético, o movimento contraditório da sociedade e da educação é revelado em suas múltiplas determinações. Nesse sentido, a BNCC e a Reforma do Ensino Médio são interrogados a partir das suas lógicas contraditórias e excludentes. O texto da BNCC não considera os avanços educacionais, em termos de teorias e metodologias, no Brasil. A interdisciplinaridade, por exemplo, tem sido debatida há décadas no país. A fragmentação dos conteúdos escolares tem sido criticada há quase meio século, especialmente com as pedagogias críticas. A chamada flexibilização curricular não é condizente com a demandas de movimentos e organizações sociais que lutam por uma educação pública de qualidade e excelência.

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

Um dos determinantes externos da prática pedagógica no contexto das imposições adversas da BNCC e da Reforma do Ensino Médio tem sido o Referencial Curricular Paranaense (RCP), documento que define os princípios que regem o processo de ensino e aprendizagem, os direitos de aprendizagem dos estudantes e as diretrizes gerais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Nessa linha de determinação externa está o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), documento complementar que visa reformular as propostas pedagógicas. A compilação dos conteúdos considerados essenciais para serem trabalhados em cada disciplina estão separados por ano, e há sugestões sobre como distribuí-los ao longo do ano letivo. O objetivo do CREP é ser um grande guia para a sala de aula, servindo como orientação para os Planos de Trabalho Docente e Planos de Aula (Mello, Ferreira, 2021, p. 8).

A respeito da situação dos professores no Estado do Paraná, temos o RCO (Registro de Classe Online), que é um recurso da prática pedagógica. Trata-se de uma ferramenta de monitoramento da implementação do currículo na sala de aula, registrando as atividades diárias, as disciplinas, os itinerários formativos e os componentes curriculares. Além disso, oferece sugestões de conteúdos já estabelecidos para os dias, trimestres e ano letivo, engessando o trabalho do professor sob a aparência de “facilitação do trabalho docente”:

O RCO+Aulas é um módulo de planejamento que está disponível no Registro de Classe Online (RCO). Nele, o professor encontra planos de aula específicos para suas disciplinas e séries para as quais leciona, com sugestões pedagógicas e encaminhamentos metodológicos. Os planos de aula são organizados por tema, conteúdo, conhecimentos prévios e objetivos. Eles também se dividem por trimestre e contemplam, além dos conteúdos essenciais, informações e atividades complementares. Na ferramenta on-line, é possível encontrar links para videoaulas, slides e listas de exercícios (Paraná, 2021).

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

O RCO+Aulas revela os pontos, destacando a necessidade de reflexão e debate sobre seu uso. Enquanto o sistema traz benefícios em termos de agilidade e automatização de tarefas, também limita a autonomia dos professores. O RCO é programado de acordo com os interesses do Estado, controlando o trabalho docente e direcionando o conteúdo para atender aos objetivos governamentais (Silva, T. T., 1999). As redes municipais, estaduais e particulares de ensino estão vinculadas ao RCO+Aulas, e há um portal unificado para acesso.

Há uma crescente observação das mudanças nos comportamentos e interações na educação que tendem a obscurecer as vozes e experiências de professores e alunos. A padronização também é evidente na plataforma RCO+Aulas, onde materiais prontos são disponibilizados, diminuindo a autonomia dos professores, transformando-os em meros executores de conteúdo pré-estabelecido, refletindo uma tendência à desintelectualização e esvaziamento pedagógico (Silva; Barbosa; Körbes, 2022).

Sob uma análise crítica, é possível notar semelhanças com a observação de um aumento do trabalho burocrático disfarçado de flexibilidade na educação através da plataformização. Essa abordagem enfatiza a eficiência, levando à hiper burocratização dos processos pedagógicos devido à incorporação de tecnologias na educação, resultando em mais burocracia. Isso se traduz em mais relatórios para os docentes e mais burocracia invadindo o processo educacional. Essa dinâmica se relaciona com a teoria sobre a implantação de uma *accountability* digital, onde a adoção de novas plataformas pode levar a um aumento da regulação, vigilância e controle, resultando na diminuição da autonomia do trabalho pedagógico e impactando diretamente a prática pedagógica (Barbosa; Alves. 2023, p. 21).

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

## Análise dos documentos norteadores do Novo Ensino Médio no Estado do Paraná

Nos capítulos anteriores, alguns dos documentos que estabeleceram e operacionalizaram o NEM no estado do Paraná foram analisados e contextualizados, sempre com o olhar voltado ao objetivo desse trabalho, qual seja, identificar as possíveis implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na prática pedagógica, e identificar os documentos que tratam do Novo Ensino Médio (NEM) e salientar as possíveis implicações das normativas à prática pedagógica. Na educação estadual do Paraná, as influências da BNCC se deram na elaboração dos documentos orientadores do currículo, da organização e das práticas pedagógicas.

As normas, resoluções, instruções normativas e orientações apresentadas aqui possuem alguma relação com a formação do currículo estadual e com as práticas pedagógicas, alvos principais dessa pesquisa. Inclusive algumas delas tratam especificamente da questão da plataforma da educação, fornecendo subsídios orientadores para a criação e manutenção das plataformas online da educação estadual, que passarão a ser (e em alguns aspectos já o são) o principal instrumento das práticas pedagógicas.

São listadas, em ordem de data de publicação, a norma e principais ponto de destaque, e ao final há a análise sobre as categorias formadas dos elementos do cotidiano da escola. Os critérios de escolha desses documentos foram definidos com base na importância, relação e implicações que eles possuem com a prática pedagógica. As Instruções Normativas (IN), Instruções Normativas Conjuntas (INC), Orientações (OR) e Orientações Conjuntas (OC) possuem prescrições para a prática pedagógica, fornecendo subsídios operacionais para a implementação do NEM. No Quadro 09, a síntese dos documentos analisados.

As categorias de análise utilizadas foram as sugeridas por Penin (1989), que, a partir da análise do cotidiano da escola, considerado como a base sobre a qual se constitui o Estado, e no caso

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

da escola pública, o cotidiano escolar é a “base da instituição estatal sobre o qual esta procura programar a produção” (Penin, 1989, p. 21). A autora busca, por meio de uma análise crítica da vida cotidiana., saber como o cotidiano estabelece seus critérios de mudança e saber quais critérios são esses. A inspiração para Penin é o trabalho de Henri Lefebvre, sociólogo e filósofo francês, que examinou como o espaço é socialmente construído e experimentado. Lefebvre discute os conceitos de homogeneidade, fragmentação e hierarquização do cotidiano, discussão essa que serve como base para a formação das categorias sugeridas por Penin (1989).

Aspectos socioeconômicos, culturais, psicológicos, políticos, institucionais, éticos e filosóficos formam uma estrutura para entender os diversos fatores que influenciam a prática pedagógica. Para a presente pesquisa, foram determinadas, a partir das sugestões de Penin (1989), quatro categorias às quais os documentos foram atribuídos:

1. aulas: os documentos cujo escopo principal são as determinações sobre as aulas, carga horária, atividades assíncronas, conteúdos, ferramentas (quiz, por exemplo) são incluídas nessa categoria;
2. determinantes internos e/ou externos: os documentos cujo foco principal é orientar sobre o trabalho docente, versando sobre utilização e operação das plataformas, avaliações, produção e utilização de material didático, são incluídas nessa categoria;
3. relação prática e sujeito: documentos abordando questões de diversidade, tempo das aulas, tempo e articulação de conteúdos, entram nessa categoria, e;
4. tecnologias digitais: documentos que tratam dos equipamentos utilizados pelos docentes, formação docente para a utilização das novas tecnologias, plataformas (RCO+Aulas e outras) são incluídas nessa categoria.



# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

Essas categorias podem fazer emergir elementos que influenciam e trazem implicações à prática pedagógica, pois estão relacionadas diretamente ao cotidiano da escola. Após a análise e categorização dos documentos, foi realizado um paralelo sobre como cada um indica hierarquia, homogeneização e fragmentação, de acordo com Penin (1989).

Ao categorizar os documentos, será possível perceber que, ao determinar de forma tão detalhada como devem ser as atividades realizadas na escola, percebe-se a intenção de determinar totalmente o cotidiano da escola, de modo que ele seja um ambiente previsível e controlado. Nesse sentido, com base nas análises de Lefebvre, Penin (1989), afirma que, ao não deixar espaços para construção de conhecimento coletivo entre professores e alunos, o ambiente se torna mais fácil de prever e controlar, criando um *script* de atuação para ambos, permitindo moldar o ambiente escolar a partir da homogeneidade, fragmentação e hierarquização do cotidiano. Segundo Penin (1989, p.22), é possível analisar o cotidiano a partir dos conceitos de homogeneidade, fragmentação e hierarquização de Lefebvre.

Legenda do Quadro 8:

DEDUC – Diretoria de Educação

SEED – Secretaria Estadual de Educação DG – Direção Geral

DGPE – Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar DLE – Departamento de Legislação Escolar

IN – Instrução Normativa

INC – Instrução Normativa Conjunta OR – Orientação

OC – Orientação Conjunta

ONC – Orientação Normativa Conjunta

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

Quadro 8 – Síntese dos documentos norteadores do NEM no estado do Paraná

Nome	Data de publicação	Conteúdo
INC 11/2020 DEDUC/DPGE/SEED	17/12/2020	Dispõe sobre Matriz Curricular do Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná.
OR 03/2021 DEDUC/SEED	22/02/2021	Orienta pedagogicamente os Núcleos Regionais de Educação (NRE) e as escolas públicas estaduais quanto aos encaminhamentos contidos na Resolução n.º 673/2021 – GS/SEED.
OR 05/2021 SEED/DPGE/DLE/CDE	28/05/2021	Orienta sobre o bloqueio de usuários no Livro Registro de Classe Online – LRCO para a Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná.
OR 06/2021 DPGE/DLE	02/07/2021	Orienta os Núcleos Regionais de Educação quanto aos procedimentos relacionados à implantação de novas Matrizes Curriculares no ano de 2021 para vigorarem a partir do ano de 2022.
INC 04/2021 DEDUC/DPGE/SEED	08/07/2021	Complementa as orientações das ações referentes ao Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar das instituições de ensino estaduais do Paraná, contidas na Instrução n.º 05/2019 - DEDUC/DPGE/SEED.
OC 07/2021 DEDUC/DPGE/SEED	16/08/2021	Orienta as ações referentes ao Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar das instituições de ensino Municipais e Privadas do Paraná que ofertam a Educação Básica.
OR/08/2021 SEED/DPGE/DLE	17/08/2021	Orienta as instituições privadas quanto à organização da Matriz Curricular do Novo Ensino Médio a partir do ano letivo de 2022.
OR 11/2021 SEED/DPGE/DLE	15/10/2021	Orienta as instituições privadas quanto à organização da Matriz Curricular do Novo Ensino Médio a partir do ano letivo de 2022 e Revoga a Orientação n.º 08/2021 – SEED/DPGE/DLE.
OC 12/2021 DEDUC/DPGE/SEED	17/12/2021	Orienta as instituições da rede pública estadual de ensino sobre a elaboração da Proposta Pedagógica Curricular – PPC do Novo Ensino Médio.
INC 08/2021 DEDUC/DPGE/SEED	17/12/2021	Dispõe sobre a Matriz Curricular do novo modelo de oferta para o Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná a partir do ano letivo de 2022.
INC 08/2021 DEDUC/DPGE/SEED RETIFICADA	21/12/2021	Mudanças nas grades de aulas de algumas disciplinas e itinerários de algumas áreas específicas e alguns complexos escolares.
OR 01/2022 SEED/DPGE/DLE	14/01/2022	Orienta as instituições da rede pública estadual de educação sobre a estrutura e o trabalho com o Currículo para o Ensino Médio da Rede Estadual do Paraná no ano de 2022.
OC 01/2022 DEDUC/DPGE/GRHS/SEED	21/01/2022	Orienta sobre a definição dos Componentes Curriculares e o LRCO da sexta aula no contraturno das instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná.
OC 02/2022 DEDUC/DPGE/GRHS/SEED	24/01/2022	RETIFICA a Orientação Conjunta n.º 001/2022, que orienta sobre a definição dos Componentes Curriculares e o LRCO da sexta aula no contraturno das instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná.
IN 06/2022 DEDUC/SEED	01/02/2022	Dispõe sobre a implantação das Matrizes Curriculares do Novo Ensino Médio – NEM e a implementação dos itinerários formativos da Educação Profissional Técnica, em consonância com a legislação vigente, a partir do ano letivo de 2022.
ONC 03/2022 DEDUC/DPGE/DG/SEED	07/02/2022	Dispõe sobre a oferta de carga horária de atividades não presenciais nas instituições de ensino que ofertam o Novo Ensino Médio noturno no ano de 2022.
ONC 04/2022 DEDUC/DPGE/DG/SEED	08/02/2022	Dispõe sobre a oferta de carga horária de atividades não presenciais nas instituições de ensino que ofertam o Novo Ensino Médio noturno no ano de 2022.
OR 06/2022 SEED/DPGE/DNE	05/09/2022	Orienta os NREs quanto aos processos de alteração de Matriz Curricular para o ano letivo de 2023 em instituições de ensino pertencentes à Rede Privada.
OC 14/2022 DEDUC/ DPGE/ DG/ SEED	13/07/2022	Dispõe sobre a oferta de carga horária de atividades não presenciais nas instituições de ensino que ofertam o Novo Ensino Médio, Regular e Profissional, no período noturno, no ano de 2022.
IN 08/2022 CDE/DNE/DPGE/SEED	31/08/2022	Estabelece as normas e prazos de preenchimento para as instituições de ensino que utilizam o Livro Registro de Classe Online – LRCO e o Livro Registro de Classe – LRC.
INC 06/2022 DEDUC/DPGE/SEED	10/11/2022	Dispõe sobre o modelo de oferta para o Novo Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná no ano de 2023.

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

INC 09/2022 DEDUC/DPGE/SEED	22/12/2022	Dispõe sobre a Matriz Curricular para o novo modelo de oferta para o Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná.
OR 01/2023 DEDUC/SEED	19/01/2023	Orienta as instituições da rede pública estadual de educação sobre o Currículo para o Novo Ensino Médio.
INC 02/2023 DEDUC/DPGE/SEED	20/01/2023	Dispõe sobre a Matriz Curricular para o novo modelo de oferta para o Ensino Médio na modalidade da Educação Profissional Técnica de nível médio para os cursos adequados, previstos para o início do ano letivo de 2023, na rede pública estadual de ensino do estado do Paraná.
OR 03/2023 DEDUC/SEED	26/01/2023	Orienta as instituições da rede pública estadual de educação sobre a prática docente no desenvolvimento dos Itinerários Formativos das Áreas do Conhecimento.
OR 04/2023 DEDUC/SEED	20/03/2023	Orienta os colégios de Educação do Campo da rede pública estadual de ensino quanto às Matrizes Curriculares e Material Didático do LRCO do Novo Ensino Médio.
OR 05/2023 DEDUC/SEED	29/03/2023	Orienta as instituições da rede pública estadual de ensino sobre a revisão do Projeto Político Pedagógico - PPP e da Proposta Pedagógica Curricular – PPC para o ano de 2023.
OR 08/2023 DEDUC/SEED	18/07/2023	Orienta as instituições da rede pública estadual de ensino do Paraná, que ofertam o Ensino Médio Regular, sobre as atividades na Plataforma Quizizz durante a sexta aula em contraturno - aulas assíncronas do período noturno.
INC 15/2023 DEDUC/DPGE/SEED	19/12/2023	Dispõe sobre a Matriz Curricular para o Ensino Médio para a rede pública estadual de ensino do Paraná.
INC 15/2023 DEDUC/DPGE/SEED RETIFICADA	22/12/2023	Dispõe sobre a Matriz Curricular do Ensino Médio para a rede pública estadual de ensino do Paraná.

Fonte: Elaboração própria, com base nas publicações da SEED/PR (2024).

A categorização dos documentos pode ser visualizada no Quadro 9:

Quadro 9 – Categorias dos documentos analisados

<b>Categoria</b>	<b>Documento</b>
1. Aulas	INC 11/2020; OR 05/2021; INC 04/2021; OR 08/2021; INC 08/2021; OC 01/2022; ONC 03/2022; OR 06/2022; INC 02/2023; INC 15/2023
2. Determinantes internos e/ou externos	OC 12/2021; OR 01/2022; IN 06/2022; ONC 04/2022; OR 01/2023; OR 03/2023; OR 05/2023
3. Relações prática e sujeito	OC 07/2021; INC 06/2022; OR 04/2023
4. Tecnologias digitais	OR 03/2021; OR 06/2021; OR 08/2023

Fonte: Elaboração própria (2024).

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

Dessa forma, com a categorização dos documentos que orientam o NEM no estado do Paraná, é possível inferir que a prática pedagógica e os planos de aula são impactados diretamente a partir desses quatro grupos de fatores/categorias. Apesar do maior número de documentos versar sobre a categoria 1 – aulas, todos possuem papel relevante na prática docente, e trazem implicações para a prática pedagógica.

Os documentos enquadrados na categoria 1 – aulas (INC 11/2020; OR 05/2021; INC 04/2021; OR 08/2021; INC 08/2021; OC 01/2022; ONC 03/2022; OR 06/2022; INC 02/2023;

INC 15/2023), tratam carga horária das aulas, horários dos professores, integração do PPP e do PPP à MC, organização de propostas de ensino, orientação do PPP quanto ao Regimento Escolar, conteúdos e remanejamento dos conteúdos, atividades assíncronas, e temas relacionados às aulas.

Na categoria 2 – Determinantes internos e externos. (OC 12/2021; OR 01/2022; IN 06/2022; ONC 04/2022; OR 01/2023; OR 03/2023; OR 05/2023), os documentos versam sobre as atividades envolvidas na prática docente, como planos de aula, conteúdo das plataformas (RCO+Aulas), como desenvolver nos alunos competências e habilidades, produção e utilização de material didático.

Listados na categoria 3 – relação prática e sujeito (OC 07/2021; INC 06/2022; OR 04/2023), os documentos trazem orientações sobre a relação prática e sujeito em sala de aula, abordando questões como diversidade, ajustes da conduta docente no ensino híbrido, tempo e articulação de conteúdo.

Os documentos da categoria 4 – tecnologias digitais (OR 03/2021; OR 06/2021; OR 08/2023), tratam do treinamento (qualificação), utilização e operacionalização das plataformas (principalmente o RCO+Aulas). Apesar da menor quantidade, esses documentos possuem grande relevância, dada a importância dada à plataformização da educação estadual por parte da SEED/PR.

Segundo Penin (1989, p. 22), é possível analisar o cotidiano a partir dos conceitos de homogeneidade, fragmentação e hierarquização de Lefebvre. A tendência a homogeneidade pode

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

ser percebida ao analisar os documentos da SEED/PR, pois ao limitar a atuação docente ao uso de materiais pré-definidos, tendo a liberdade de somente escolher entre o que já foi pré-selecionado, os professores passarão a meros repetidores/reprodutores de conteúdo. A prática pedagógica homogeneizadora restringe a criatividade e a adaptação ao contexto, comprometendo a diversidade pedagógica e a capacidade dos educadores de responder às necessidades e realidades específicas dos alunos.

A fragmentação resulta em uma experiência de vida mais fragmentada, onde as pessoas passam por diferentes espaços e contextos sem uma conexão integrada. Nesse sentido, os documentos da SEED/PR limitam cada vez mais a atividade docente, dificultando a prática pedagógica, pois os conteúdos são parte ministrados pelo professor, parte são transmitidos via atividades assíncronas, parte é oferecido em forma de jogos ou quiz, e, na maioria das vezes, não há integração dessas atividades, impossibilitando, por parte dos alunos, a percepção de que estão em um processo linear de aprendizado.

Nas relações existentes na escola, a hierarquia é bem definida e clara, e a própria estrutura, formada por diretores, coordenadores, professores, alunos e comunidade demonstra isso. Trazendo esse conceito para a realidade da escola e da prática pedagógica, muito se vê a SEED/PR sugerir que os docentes estimulem o protagonismo dos alunos. Porém, esse protagonismo não os permitirá sair da posição social na qual se encontram; apenas os farão mais conformados com o aprendizado limitado e funcionalista que estão recebendo.

As normatizações das atividades docentes, aparentemente imbuídas de autonomia, criatividade e inovação, limitam-se à esfera de atuação permitida e enquadrada no RCO+Aulas, plataforma que está se ampliando à medida que vai diminuindo o espaço do professor como sujeito da prática pedagógica, conduzindo-o a um mero aplicador de conteúdo e formador de mão-de-obra.

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

## Considerações finais

O objetivo principal do trabalho, qual seja, identificar e evidenciar as influências da BNCC na prática pedagógica, buscando identificar os sujeitos envolvidos nessa prática buscou orientar a pesquisa cuja delimitação foi o ensino médio noturno no estado do Paraná. Relatar a prática pedagógica no Novo Ensino Médio, com ênfase no ensino noturno e caracterizar a prática pedagógica no ensino noturno, identificando os sujeitos envolvidos nessa prática, foram os objetivos específicos.

As fontes de dados consistiram nos documentos orientadores dos planos de aula e das práticas pedagógicas do estado do Paraná (normas, resoluções, portarias, deliberações, Referenciais Curriculares e Itinerários Formativos), e as áreas do RCO+Aulas ligados à prática pedagógica. Tais documentos são os balizadores e operacionalizadores das determinações da BNCC na rede de ensino paranaense.

A pesquisa revelou que, ao longo da história, várias foram as reformas educacionais, e após décadas, o NEM, como reforma mais recente, não passa da renovação de um empoeirado discurso, como bem disse M. R. da Silva (2018). O distanciamento entre as classes mais abastadas e as mais vulneráveis foi mantido nessa reforma, pois para essas, o foco na formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho foi acentuado, enquanto para aquelas, ainda continuam os privilégios de um ensino mais abrangente e libertador.

Os documentos demonstram a dificuldade de constituição da prática pedagógica na perspectiva da práxis, que é voltada para a transformação. O que é exigido dos sujeitos vem definido externamente, e a atuação docente limita-se ao papel de repetidor. Conforme os resultados da pesquisa, o ensino médio noturno foi completamente negligenciado no NEM no estado do Paraná. As realidades peculiares dos estudantes que frequentam a escola no período da noite não foram consideradas

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

nos novos Referenciais Curriculares e Itinerários Formativos da educação paranaense. Apesar da ênfase na diversidade dos alunos das escolas paranaenses (o termo “diversidade” aparece 31 vezes no Referencial Curricular), e do destaque aos diferentes grupos de sujeitos do Ensino Médio Paranaense (populações indígenas, do campo e das ilhas, quilombolas, do jovem negro e da jovem negra, EJA e educação especial), o sujeito do ensino médio noturno não foi considerado, mesmo que esse grupo de estudantes constitua praticamente 1/3 dos matriculados nas escolas paranaenses (29,88%, segundo a SEED/PR, 2021).

Espera-se que essa pesquisa contribua para o debate sobre o NEM e sobre o ensino médio noturno no estado do Paraná, pois pouco avançamos em relação à construção de um ensino realmente acolhedor para os estudantes do período da noite. Ainda há muito o que avançar em relação a proporcionar para os alunos desse turno a mesma qualidade e formação que os alunos de outros turnos, respeitando suas particularidades e suas realidades sociais.

## Referências

- BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista e-curriculum**, v. 21, p. e61619-e61619, 2023.
- BRASIL . Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio. Brasília: MEC. Versão entregue ao CNE em 03 de abril de 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC\\_EnsinoMedio\\_em\\_baixa\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_em_baixa_site.pdf) Acesso em: 09. set. 2022.

# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

DE ARAÚJO ALVES, Paula Trajano; DA SILVA, Solonildo Almeida; JUCÁ, Sandro César Silveira. O percurso histórico do ensino médio brasileiro (1837-2017). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 17, n. 39, p. 137-155, 2022.

DE MELLO, Paulo Eduardo Dias; FERREIRA, Angela Ribeiro. BNCC DE HISTÓRIA NO PARANÁ: O NOVO CICLO AUTORITÁRIO DE POLÍTICA CURRICULAR. Curitiba. SEED. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & sociedade**, v. 24, p. 93-130, 2003.

KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. A tríade da reforma do ensino médio brasileiro: Lei nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM. **Educação em Revista**, v. 36, n. 1, 2020.

KRAWCZYK, Nora; ZAN, Dirce. Resiliência ou resistência: um dilema social pós-pandemia. KUENZER, Acacia Zeneida. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, p. 491-508, 2007.

KUENZER, Acácia. PL 1.603/1996: O jogo ideológico e econômico da educação dos mais pobres no Brasil neoliberal. *Revista Trabalho Necessário*, v. 21, n. 44, p. 01-12, 2023.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do Paraná. **DELIBERAÇÃO N o 04/2021**. Institui as Diretrizes Curriculares Complementares para o Novo Ensino Médio do Paraná. Curitiba, 2021.



# O Novo Ensino Médio noturno: tentativas institucionais de controle da prática pedagógica

---

PENIN, Sônia. Cotidiano e escola: a obra em construção/ Sônia Penin. São Paulo: Cortez, 1989 (Biblioteca da Educação , Série 1, escola ; v.2). p.15 a 26

**Políticas Educativas – PolEd**, v. 15, n.1, p. 106-128, 2021.

SILVA, Mônica Ribeiro da. A BNCC DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: O RESGATE DE UM EMPOEIRADO DISCURSO. **Educ. Rev.[online]**. 2018, vol. 34, e214130. Epub 20- Set-2018. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698214130>

SILVA, Monica Ribeiro; BARBOSA, Renata Peres; KÖRBES, Cleci. A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 399-417, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade. **Uma introdução às teorias do currículo**, v. 2, p. 53-60, 1999.

SOUZA, Maria Antônia de. Sobre o conceito de prática pedagógica. In: SILVA, Maria Cristina Borges da. **Práticas Pedagógicas e elementos articuladores**. Curitiba: UTP, p. 38-65, 2016.

SOUZA, Raquel Aparecida; GARCIA, Luciana Nogueira de Souza. Estudo sobre a Lei 13.415/2017 e as mudanças para o novo ensino médio. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, 2020.

Data da submissão: 27/09/2024

Data do aceite: 07/10/2024

Data da publicação: 29/11/2024